

COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAO

Termo de Referência 148/2025

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|--|-----------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 148/2025 | 200334-COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAO | CARLOS CAMPOS CAMARGO | 22/10/2025 23:08 (v 0.5) |
| Status | | | |
| CONCLUIDO | | | |

Outras informações

| | | |
|---|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes | 328/2025 | 08200.013630/2025-66 |

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 REGISTRO DE PREÇO, para eventual aquisição de 2 (duas) aeronaves **KING AIR 360 CER (B300C)**, de **asa fixa baixa, bimotora e turbohélice**, nova de fabrica, com custo operacional médio adequado à classe de bimotores e turbohélice, e capacidade para 2 (dois) pilotos e, no mínimo, 9 (nove) passageiros, conforme **especificações técnicas constantes nos estudos preliminares**, com a finalidade de transporte de pessoas ou materiais para diversas localidades do território nacional, também seguindo as condições, características gerais, especificidades, quantidades, exigências e estimativas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| IT EM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | POLÍCIA FEDERAL UASG 200334 | POLÍCIA CIVIL DF UASG 926015 | QUANTIDADE TOTAL | VALOR ESTIMADO UNITÁRIO | VALOR ESTIMADO TOTAL |
|----------|---|--------|-------------------------|--|--|-------------------------|---------------------------------------|------------------------------------|
| 01 | 1 (uma) aeronave KING AIR 360 CER (B300C) , de asa fixa baixa, bimotora e turbohélice , nova de fabrica, com custo operacional médio adequado à classe de bimotores e turbohélice, e capacidade para 2 (dois) pilotos e, no mínimo, 9 (nove) passageiros, conforme especificações técnicas constantes nos estudos preliminares As especificações técnicas estão detalhadas no item 5 do Estudo Técnico Preliminar (SEI N° 143069618) , com características específicas para este item no subitem 5.4.1 do mesmo documento. | 614118 | un. | 01 | 01 | 02 | US\$ 17.207.017,59 | US\$ 34.414.035,18 |
| | | | | | | | R\$ 93.007.371,48 | R\$ 186.014.742,96 |

1 USD = R\$ 5,4052 - cotação atual em 11/09/25, <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>

1.2 PODERÃO SER OFERTADAS PROPOSTAS EM MOEDA NACIONAL (REAL - R\$) OU EM DÓLARES AMERICANOS (US\$), PORÉM A PROPOSTA INICIAL DEVERÁ SER CADASTRADA NO SISTEMA SOMENTE EM MOEDA NACIONAL (REAL - R\$).

1.3 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

| Órgão Gerenciador: POLÍCIA FEDERAL UASG: 200334 | | | | | |
|---|---|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|
| Item | Especificação | Unidade de Medida | Requisição Mínimo | Requisição Máxima | Quantidade Total |
| 01 | 1 (uma) aeronave KING AIR 360 CER (B300C) , de asa fixa baixa, bimotora e turbohélice , nova de fabrica, com custo operacional médio adequado à classe de bimotores e turbohélice, e capacidade para 2 (dois) pilotos e, no mínimo, 9 (nove) passageiros, conforme especificações técnicas constantes nos estudos preliminares As especificações técnicas estão detalhadas no item 5 do Estudo Técnico Preliminar (SEI Nº 143069618) , com características específicas para este item no subitem 5.4.1 do mesmo documento. | un. | 1 | 1 | 1 |

| Órgão Participante: POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - UASG: 926015 | | | | | |
|--|---|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|
| Item | Especificação | Unidade de Medida | Requisição Mínimo | Requisição Máxima | Quantidade Total |
| 01 | 1 (uma) aeronave KING AIR 360 CER (B300C) , de asa fixa baixa, bimotora e turbohélice , nova de fabrica, com custo operacional médio adequado à classe de bimotores e turbohélice, e capacidade para 2 (dois) pilotos e, no mínimo, 9 (nove) passageiros, conforme especificações técnicas constantes nos estudos preliminares As especificações técnicas estão detalhadas no item 5 do Estudo Técnico Preliminar (SEI Nº 143069618) , com características específicas para este item no subitem 5.4.1 do mesmo documento. | un. | 1 | 1 | 1 |

1.4 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

~~OU~~

~~1.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **especiais**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.~~

~~1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.[A1]~~

~~1.3. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~OU~~

~~1.4. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo, limitado a 5 anos]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.[A2]~~

~~1.5. 1.6.1 O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] **OU** [o Estudo Técnico Preliminar] **OU** [os termos da Nota Técnica .../...];~~

~~1.6. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo, limitado a um ano da ocorrência da emergência ou calamidade] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.~~

1.4 Após a fase de lances, caso a proposta melhor classificada seja de licitante estrangeira, haverá o procedimento de equalização tributária de sua proposta para comparação com a proposta nacional melhor classificada, se houver. Neste caso, haverá a multiplicação da proposta estrangeira pelo **fator de correção de 1,3599**, conforme estabelecido em item específico do edital, utilizando como referência a NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) 8802.30.21 numa importação dos Estados Unidos - US, no site do Siscomex.

1.5 O prazo de vigência da Ata será de 01 (um) ano prorrogável por igual período conforme artigo 15, IX, do Decreto 11.462/2023.

1.5.1 O prazo de vigência da contratação é de 36 meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021

1.6 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Justificativa: Embora a Lei do Pregão nos forneça um conceito do tipo aberto sobre o que seja comum, após analisar três aspectos, quais sejam: a possibilidade de padronizar o objeto por meio de critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente; se havia disponibilidade no mercado deste material, e, verificado se as especificações adotadas eram usuais neste mesmo mercado, a presente aquisição foi considerada comum e verificou-se que as especificações são usuais pelo mercado. Ressalta-se que aeronaves são bens que, por décadas, vem sendo adquiridos e empregados pelos órgãos de segurança pública no Brasil, sendo que suas especificações já são amplamente conhecidas dentro do mercado de aviação e dentro do setor de segurança pública.

FUNDAMENTAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DO PREGÃO INTERNACIONAL - DA AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE E REFLEXOS NA OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS DO ÓRGÃO.

1.7 Na disciplina das licitações, o Pregão, acabou tornando-se a modalidade de eleição para a aquisição de bens comuns justamente porque sua fase competitiva, ao congrega todos os interessados que antes eram excluídos na fase de habilitação, aumentou o universo de concorrentes. Durante o Estudo Preliminar, observou-se que essa ampliação do rol de participantes é vital para a obtenção do binômio melhores preços/melhores especificações. O que a licitação internacional aplicada nos termos do Art. 52 da Lei nº 14.133/2021, proporciona um rol ampliado de competidores. Note-se que a participação de empresas nacionais não se altera e resta garantida sua isonomia por meio da equalização das propostas.

1.8 Na prática, é importante aplicar a regra de isonomia de condições entre licitantes brasileiros e estrangeiros, procedendo-se a equalização de impostos à proposta do licitante estrangeiro, consoante obrigatoriamente se aplica na proposta do licitante nacional, quais sejam: IPI, PIS, COFINS E ICMS.

1.9 Margem de Preferência – Justificativa de Não Enquadramento

1.9.1 As devidas justificativas para a não aplicação da margem de preferência se encontram em tópico do Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.

1.10 DA ACEITAÇÃO DE PROPOSTAS EM MOEDA ESTRANGEIRA

1.10.1 Conforme Art. 52, §3º, da Lei 14.133/21, o edital de licitação deverá conter, obrigatoriamente, " As garantias de pagamento ao licitante brasileiro serão equivalentes às oferecidas ao licitante estrangeiro.". É notório que a moeda utilizada nas transações comerciais internacionais é o dólar americano, e, em menor escala, o Euro. O Real brasileiro não é a moeda de eleição nesses casos e não representa um padrão, inclusive de estabilidade monetária, de modo que se possa firmar um compromisso de registrar preços por um ano, sem possibilidade de reajustamento, utilizando-o como parâmetro. Note-se que se está a falar de registro de preços e não de contratação certa, a ser firmada logo após a adjudicação/homologação do objeto. O rol diminuto e específico de fornecedores conhecidos não terá interesse em participar e fixar compromisso de fornecimento de bens pelo tempo de vigência da ata de registro de preços, que é de 12 meses, se não puder fazê-lo em moeda estrangeira, Euro ou Dólar. Não admitir proposta em moeda estrangeira é diminuir a competitividade e inserir álea que fará aumentar os preços em decorrência da expectativa de riscos.

1.11 DA EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS E TRIBUTOS

1.11.1 A equalização tributária é o principal objetivo da equalização de preços em licitações internacionais. O processo consiste em somar, para fins de julgamento, os tributos que incidiriam sobre a proposta do licitante estrangeiro, garantindo isonomia com os custos das propostas nacionais.

1.12 ELEMENTOS A SEREM EQUALIZADOS

1.12.1 O valor da proposta estrangeira é a base para o cálculo dos encargos;

1.12.2 Os impostos equalizados serão: PIS (Programa de Integração Social, COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

1.12.3 O Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência, demonstra as alíquotas a serem utilizadas.

1.12.4 A conversão para moeda nacional será feita usando a taxa de câmbio (por exemplo, PTAX) do dia anterior à abertura das propostas.

1.12.5 Para o resultado final do julgamento das propostas, o valor equalizado, que inclui o preço original mais os encargos simulados, será usado para comparar a proposta estrangeira com as propostas nacionais.

1.12.6 Após a fase final de lances, identificado o vencedor, em sendo empresa estrangeira, o pregoeiro lançará no campo valor negociado, dentro do sistema, os preços sem os encargos, de acordo com a imunidade tributária inerente ao órgão contratante da Administração direta.

1.12.7 Após a equalização, o valor mais baixo será considerado o vencedor.

1.12.8 Os fornecedores não nacionais, interessados, deverão atentarem-se ao Modelo de Proposta para Equipamento Importado disponibilizado em anexo a este Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 6836;

II) Data de publicação no PNCP: 17/02/2024 (atualizado em 11/09/2025);

III) Id do item no PCA: 541;

VI) Classe/Grupo: 1510 AERONAVES DE ASAS FIXAS;

V) Identificador da Futura Contratação: 200334-328/2025;

~~OU~~

~~2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.~~

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Justificativa: Trata-se da descrição da solução da contratação o qual não cabe resumo, e devido a complexidade encontra-se detalhado nos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 A Empresa deverá observar o disposto no art. 6º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG, referente à sustentabilidade ambiental de forma geral.

4.2 Para os casos eventuais e específicos em que ocorra a necessidade de aquisição ou descarte de bateria, óleos lubrificantes e combustíveis, a contratada deverá observar os seguintes critérios:

4.2.1 Baterias: observar a Resolução CONAMA nº 401/2008 e Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.2.2 Óleos lubrificantes usados ou contaminados: observar a Resolução CONAMA nº 362/2005, alterada pela nº 450/2012.

Indicação de marcas ou modelos

4.5 Na presente contratação será admitida a indicação da seguinte ~~marca, característica ou~~ modelo, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: **AERONAVE KING AIR 360 CER (B300C)**, fabricada pela **Textron Aviation Inc.**

Justificativa: As justificativas da escolha da aeronave estão detalhadas no Estudo técnico preliminar da contratação.

~~Da exigência de amostras~~

~~Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados~~

~~...~~

Justificativa: Considerando que o objeto da contratação é a aquisição de uma aeronave, entende-se que a exigência de apresentação de amostra não se aplica, uma vez que: uma aeronave é um bem de grande porte, de alto valor agregado e complexidade técnica, o que impossibilita sua disponibilização prévia como amostra para avaliação; o desempenho, a qualidade e a conformidade técnica da aeronave já são atestados por meio de certificados de tipo, aeronavegabilidade e homologações emitidas por autoridades aeronáuticas competentes (ANAC, FAA, EASA, entre outras), os quais substituem, de forma mais segura e adequada, a apresentação de amostras físicas; e aeronaves são fabricadas em série segundo projetos certificados e padronizados internacionalmente, não havendo variações que justifiquem a verificação por amostragem, como ocorre em bens de menor complexidade.

Subcontratação

4.8 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

~~ou~~

~~1.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de XX% (xxxxx por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:~~

~~1.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:~~

~~1.2.1 [...];~~

~~1.2.2 [...]; e~~

~~1.2.3 [...].~~

~~1.3. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:~~

~~1.3.1 [...];~~

~~1.3.2 [...]; e~~

~~1.3.3 [...].~~

~~1.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.~~

~~1.5. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.~~

~~1.6. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.~~

~~1.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

Garantia da contratação

4.9 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **2% (dois por cento) do valor total da contratação.**

4.10 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.10.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.10.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.10.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.10.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.10.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.11 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.12 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.13 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.14 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.14.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.15 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.15.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

4.15.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

4.16 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.17 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.18 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.19 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.19.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.19.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.20 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.20.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.20.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.21 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

- 4.22 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.23 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
- 4.24 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

~~Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte~~

~~Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte~~

~~...~~

Justificativa: por questões relacionadas à praticidade e eficiência, e também observada a experiência que o órgão detém em relação à prestação de garantia para execução de serviços, optou-se pela exigência de contratação de seguro-garantia pela Contratada, que oferte cobertura ao valor global do objeto. Optou-se por se estender o prazo exigido de cobertura em garantia, para que a Administração esteja protegida de eventuais defeitos de componentes aeronáuticos ocorridos durante o prazo de vigência da garantia de fábrica da aeronave. Caso ocorra algum evento dessa natureza, e a CONTRATADA não custeie o reparo ou substituição de algum componente, pode-se executar a garantia para que a Administração não sofra o risco de arcar com o prejuízo, e também para que possa ser afastado o ônus administrativo decorrente de eventual necessidade de instauração de procedimentos de cobrança.

Justificativa: Considerando que o objeto da presente contratação é a aquisição de uma aeronave, entende-se não ser cabível a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em especial quanto à reserva de cotas de participação exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MEs e EPPs), pelos seguintes motivos: A fabricação e comercialização de aeronaves são atividades de alta complexidade tecnológica e elevado investimento econômico, restritas a empresas de grande porte, com certificação específica junto às autoridades aeronáuticas nacionais e internacionais, o que torna inviável a participação de MEs e EPPs nesse segmento; não há registro, no mercado nacional, de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que detenham condições técnicas, econômicas e regulatórias para fornecer aeronaves certificadas, de modo que a reserva de cota percentual não teria efetividade prática.

~~Margem de Preferência~~

~~O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência...~~

Justificativa: A aquisição da aeronave encontra-se devidamente respaldada no Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou a necessidade e pertinência da contratação para o atendimento das demandas institucionais, sendo certo que a natureza do objeto afasta a aplicação de determinadas exigências legais. A exigência de amostra mostra-se incompatível, por tratar-se de bem de grande porte, elevado valor e alta complexidade tecnológica, cuja conformidade é atestada por certificações emitidas por autoridades aeronáuticas competentes; igualmente, não se aplica a reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da LC nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a inexistência de fornecedores desse porte aptos a fabricar ou comercializar aeronaves certificadas; da mesma forma, não se aplica a margem de preferência prevista no Decreto nº 11.890/2024, uma vez que inexistente capacidade produtiva nacional compatível com o objeto da contratação. Dessa forma, a presente aquisição mostra-se justificada, necessária e juridicamente adequada, em consonância com os princípios da legalidade, da isonomia e da eficiência administrativa.

Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, a aquisição da aeronave King Air 360CER encontra-se plenamente justificada por se enquadrar na frota da Coordenação de Aviação, atendendo às necessidades operacionais da instituição. No que se refere à Resolução SEGES-CICS /MGI nº 1, de 2 de julho de 2024, que regulamenta a aplicação das margens de preferência nacional e adicional em processos de contratação pública, sua aplicação mostra-se incabível ao presente caso concreto, uma vez que a referida norma define lista específica de bens e serviços beneficiados, na qual não se insere o objeto em questão, razão pela qual não há que se falar em margem de preferência. Dessa forma, a contratação ora proposta permanece plenamente justificada, necessária e juridicamente adequada.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de **no máximo 15 meses**, contados da **assinatura do contrato, em remessa única, podendo ser prorrogado por prazo acordado entre a CONTRATADA e o fiscal do contrato, desde que justificadas as razões apresentadas para prorrogação.**
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **90 (noventa) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. A aeronave deverá ser entregue, de forma definitiva, em perfeitas condições de uso e plenas condições de operação, sem pendências jurídicas e administrativas, no endereço abaixo descrito, com matrícula nacional brasileira definitiva, enquadrando-se em todas as exigências, para operação no Brasil, dos Órgãos de controle:

a) COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL DA POLÍCIA FEDERAL

(CAOP/CGAP/DIREX/PF), no Aeroporto Internacional de Brasília/DF, Setor de Hangares, Hangar nº 13/14, Brasília/DF, CEP 71.608-900, Fone: (61) 2024-9540 Fax: (61) 2024-9564.

b) Divisão de Operações Aéreas do Departamento de Atividades Especiais/PCDF: ENDEREÇO: Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek - Hangar 33 Lago Sul, Brasília - DF, 71608-900.

~~5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a (.....) (dias ou meses ou anos), ou a (metade, um terço, dois terços etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante~~

5.5. A contratada será responsável por viabilizar a presença de dois servidores da Polícia Federal durante o traslado da aeronave para o Brasil. Para tanto, caberá à contratada adotar todas as providências necessárias, inclusive a realização dos trâmites burocráticos e administrativos pertinentes, de modo a assegurar a participação dos servidores no voo de traslado, garantindo pleno cumprimento das formalidades legais e operacionais aplicáveis.

5.6. Será de responsabilidade da contratada viabilizar piloto devidamente habilitado para a execução do traslado da aeronave ao Brasil, cabendo-lhe assegurar que o profissional atenda a todos os requisitos legais, regulamentares e operacionais necessários para a realização do voo, em conformidade com a legislação aeronáutica vigente.

Justificativa: Trata-se de aquisição com características e modificações específicas ao atendimento das atividades operacionais do órgão, por não se tratar de gêneros perecíveis e alimentação preparada, torna-se de extrema relevância o cumprimento de todos os procedimentos previstos em lei para recebimento das aeronaves objeto deste Termo de Referência.

Garantia, Manutenção e assistência técnica

5.7. A garantia fornecida deverá ser toda aquela oferecida pelo fabricante, mais as garantias habitualmente fornecidas pela vendedora, para a aeronave objeto do futuro contrato, contadas a partir de seu recebimento definitivo, sendo observados os seguintes requisitos mínimos:

- a) 12 (doze) meses, sem limite de horas, dos componentes de célula;
- b) 60 (sessenta) meses, sem limite de horas, para os aviônicos;
- c) 1.000 (mil) horas para o motor; e
- d) 01 (um) ano ou 1.500 (mil e quinhentas) horas para pintura e acabamentos do interior, sendo o que ocorrer primeiro.

5.8. Da Garantia Contra Defeitos de Fabricação - prover garantia técnica contra quaisquer defeitos de fabricação, a contar da data de entrega definitiva da aeronave, composta de reposição de peças e componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos, salvo se constatada a indevida utilização do equipamento pelo operador, observando-se a política de garantia do fabricante da aeronave.

5.9. Todos os equipamentos deverão vir acompanhados do termo de garantia e assistência técnica, relacionando os endereços (inclusive virtuais), telefones e representantes comerciais.

5.10. A contratada deverá ser responsável pela condução de todos os trâmites burocráticos relacionados à garantia da aeronave e das peças em garantia, compreendendo, entre outros, o desembaraço alfandegário, autorizações administrativas, registros documentais, taxas, permissões de voo e quaisquer demais providências necessárias para assegurar a regularidade do traslado da aeronave e a plena conformidade com a legislação nacional e internacional aplicável.

5.11. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.12. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.13. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.14. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.15. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.16. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.17. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.18. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.19. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.20. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.21. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.22. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.23. No caso de acionamento para serviços pela garantia, a CONTRATADA poderá optar por executar o serviço na fábrica ou na base do Operador ou autorizar o serviço em oficina homologada pela ANAC, conforme menor tempo para solução de resposta para a CONTRATANTE.

5.24. Durante o período de garantia, fica obrigada a CONTRATADA ou empresa indicada a documentar e informar o CONTRATANTE a substituição de qualquer componente original do equipamento, detalhando, quando for o caso, a marca, o modelo e o nº de série do item.

5.25. A Contratada deverá possuir estrutura organizacional, com atendimento na língua portuguesa, para tratar os pedidos em garantia com agilidade, dentro dos prazos máximos estabelecidos, devendo indicar o nome, endereço, telefone e e-mail de contato do referido setor. Tal informação deve constar da Declaração Expressa de Garantia.

5.26. Os chamados relativos à assistência técnica poderão ser solicitados pela CAOP, de acordo com as revisões de garantia definidas no manual técnico do objeto.

Justificativa: Tendo em vista a natureza do objeto contratado, qual seja, aeronaves dotadas de sistemas embarcados de alta sofisticação tecnológica, impõe-se a necessidade de ampliação das garantias aplicáveis a seus principais componentes, tais como aviônicos, célula, motores e interiores. Tais itens, por sua relevância operacional e elevado custo de manutenção e reposição, possuem garantias condicionadas a prazos determinados e/ou limites de horas de utilização, circunstância que pode se revelar insuficiente diante da complexidade e criticidade do bem. A extensão das garantias se justifica, portanto, como medida essencial para assegurar a plena disponibilidade operacional da aeronave, reduzir riscos de paralisações indevidas, resguardar o erário contra despesas extraordinárias e garantir a adequada continuidade do serviço público, em conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15.1. Recebimento do aviso de defeito em peça ou execução de determinado serviço

6.15.1.1. A Contratante deverá notificar formalmente à contratada via e-mail ou outro meio oficial, contendo: descrição do defeito, número de série do componente, relatório técnico do fiscal da contratante e prazo inicial para resposta.

6.15.1.2. A Contratante/Contratada deverá registrar data e hora de envio/recebimento para controle interno.

6.15.2. Confirmação de recebimento e plano de ação

6.15.2.1. Contratada deve confirmar recebimento do aviso dentro do prazo estipulado.

6.15.2.2. Apresentação de plano de ação detalhado, incluindo prazos para análise, solicitação de componente junto ao fabricante e logística de substituição ou reparo.

6.15.3. Solicitação do componente ao fabricante

6.15.3.1. Fiscalização acompanha a emissão do pedido de reposição ou reparo junto ao fabricante.

6.15.3.2. Contratada deve fornecer à contratante cópia de todas as solicitações, confirmações de pedido e número de protocolo.

6.15.4. Acompanhamento do processo de fabricação/fornecimento.

6.15.4.1. Verificação periódica do status junto ao fabricante, garantindo que os prazos contratados sejam cumpridos.

6.15.4.2. Fiscal registra atualizações do processo e comunica à contratante eventuais desvios de prazo.

6.15.5. Desembaraço alfandegário e transporte

6.15.5.1. Contratada é responsável por todos os trâmites legais, documentações e custos de importação/exportação do componente, incluindo desembaraço alfandegário.

6.15.5.2. Fiscal monitora o cumprimento dos prazos e verifica a conformidade da documentação.

6.15.6. Entrega e conferência do componente

6.15.6.1. Recebimento do componente na base da contratante, conferência de integridade, número de série, certificado do fabricante e documentação de conformidade.

6.15.6.2. Registro de data de recebimento e emissão de parecer do fiscal sobre a adequação do componente entregue.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de até 0,2% (zero vírgula 2 por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (dez) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,1% (zero vírgula um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,1% (zero vírgula 1 por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,1% (zero vírgula um por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (zero vírgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,1% (zero vírgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação , ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 30 (trinta) dias antes da entrega definitiva, por Comissão específica de recebimento especialmente designada pela Coordenação de Aviação, conforme Art. 140 da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente a modalidade Pregão, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes nos estudos técnicos e no termo de referência, ficando os custos com passagens aéreas, hospedagens e diárias por conta do CONTRATANTE.

8.2. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis antes do embarque, que o objeto se encontra apto a verificação de conformidade a ser realizada por meio do recebimento provisório.

8.3. O recebimento provisório se dará na fábrica ou sede da CONTRATADA, sendo que o CONTRATANTE se prestará a:

- a) realizar inspeções documentais e físicas em solo;
- b) realizar um voo de aceitação;
- c) verificar a adequação das condições técnicas da aeronave às disposições do presente termo de referência e estudo técnico preliminar, do contrato a ser celebrado e demais documentações.

8.4. A CONTRATADA franqueará, quando solicitado e a qualquer tempo, o acesso de representantes de comissão de recebimento, e/ou ao fiscal de contrato da CONTRATANTE, ao estabelecimento em que as aeronave(s) se encontrar(em) em linha de montagem, aos dados dos serviços que lhe estejam sendo executados e à própria aeronave, a partir da data proposta para início de sua fabricação.

8.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.6. Por ocasião das inspeções, voo de aceitação e verificações, relativas ao recebimento provisório, se na ocorrência de discrepâncias identificadas pelo CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA efetuar as pertinentes correções, as quais, a depender destas, poderão ensejar nova inspeção, para conclusão do recebimento provisório, condicionando-se à efetivação das retificações apontadas.

8.7. O recebimento provisório ocorrerá após a comprovação do atendimento total ou parcial às especificações constantes nos estudos técnicos preliminares, no termo de referência, no contrato e demais documentos, mediante **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, no qual serão discriminadas, pela comissão designada, as pendências a corrigir.

8.7.1. Sanadas eventuais irregularidades, apontadas no **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, dar-se-á, no Brasil, o recebimento definitivo, no endereço acima apontado, após a ulitimação dos procedimentos administrativos da legislação brasileira quanto à homologação, registro e matrícula da aeronave junto à ANAC, que a torne apta ao voo perante essa Agência, e documentação aduaneira que a torne desembaraçada junto aos órgãos de fiscalização fazendária.

8.8. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

~~8.9. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até XXXXX (XXX) dias úteis~~

8.10. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.10.1. O recebimento definitivo ocorrerá após a comprovação do atendimento às especificações constantes nos estudos técnicos preliminares, no termo de referência, no contrato e demais documentos, mediante **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**.

8.11. A aeronave deverá ser entregue acompanhada de toda a sua documentação e manuais de operação e manutenção.

8.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.13. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.15. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Justificativa: A aeronave não pode ser recebida de forma sumária no ato da entrega, uma vez que se trata de um bem de elevada complexidade técnica, operacional e de segurança, cujo pleno funcionamento depende da verificação minuciosa de inúmeros sistemas, componentes e documentações obrigatórias. Nesse sentido, o recebimento deve ser precedido de uma série de etapas indispensáveis, que envolvem desde a análise documental e regulatória até inspeções técnicas, testes funcionais e voos de aceitação, de modo a assegurar que todos os requisitos contratuais, normativos e de aeronavegabilidade estejam integralmente atendidos, garantindo a confiabilidade e a segurança necessárias à sua operação.

Justificativa2: A supressão do trecho justifica-se pelo fato de que a presente contratação não se enquadra nos parâmetros de valores previstos no §2º do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022 e no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, razão pela qual não é aplicável o tratamento simplificado ali estabelecido.

Liquidação

8.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.18. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.18.1. o prazo de validade;

8.18.2. a data da emissão;

8.18.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.18.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.18.5. o valor a pagar; e

8.18.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.19. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.20. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.21.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.21.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.24. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.26. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.27. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.28. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.31. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.32. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.33. A contratada e a contratante poderão estabelecer mecanismos de manutenção do poder de compra com base na moeda norte-americana, considerando que o mercado de aviação é essencialmente vinculado ao mercado internacional, de modo a assegurar a execução do contrato sem a necessidade de aporte financeiro imprevistos.

8.33.1. Poderão ser adotados, como critério de pagamento futuro, o Direto de Importação, a Carta de Crédito, o Contrato de Garantia, dentre outros instrumentos que considerem a taxa de câmbio vigente (PTAX do dia do pagamento), a serem firmados com o Banco do Brasil ou com a instituição que venha a substituí-lo, ficando estabelecido que todas as taxas decorrentes dos procedimentos adotados serão integralmente custeados pela Contratada.

Antecipação de Pagamento

8.34. Considerando as especificidades inerentes ao mercado aeronáutico, cujo objeto deste faz parte, poderá ser realizado o pagamento de parcela da contratação de forma antecipada, mediante garantia efetiva, idônea e suficiente para a cobertura do montante global de créditos empenhados.

8.34.1. Segundo pesquisas de mercado, as empresas fornecedoras de aeronaves podem exigir o pagamento antecipado, ou o pagamento após o recebimento definitivo ou o pagamento de 50% do valor após assinatura do contrato, 40% quando a aeronave estiver pronta na sede da fabricante ou vendedora (recebimento provisório), e 10% após o recebimento definitivo da aeronave pela CAOP. Estes percentuais decorrem do elevado valor de custo para fabricação do objeto, o qual será montado com as configurações específicas para atendimento das necessidades desta Coordenação de Aviação Operacional, minimizando, dessa forma, os riscos da CONTRATADA, ensejando, automaticamente, no seu interesse na demanda específica.

8.34.2. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, considerando a taxa de conversão cambial vigente no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento, (Redação dada pela Lei nº 8.883/1994).

8.34.3. A fabricante da aeronave, objeto desse contrato, é situada nos Estados Unidos da América. Em decorrência disso, todos os valores orçados estão na moeda americana e deverá ser atualizada na moeda nacional caso haja variação no mercado. Neste sentido, a Administração deverá garantir o valor a ser pago, conforme parcelas discriminadas, com base no valor da moeda nacional do dia imediatamente anterior à data do efetivo pagamento, garantindo o poder de compra da CONTRATADA, evitando-se enriquecimento ilícito por parte da Administração.

8.34.4. O pagamento antecipado somente será procedido após comprovação, por parte da CONTRATANTE, de prestação de garantia efetiva, idônea e suficiente para a cobertura do montante global empenhado, o que deverá ser realizado por meio de contratação de seguro garantia, junto à instituição bancária nacional.

8.34.4.1. A prestação de garantia por parte da CONTRATADA deverá ocorrer em até 30 (quinze) dias corridos, após a assinatura do contrato.

8.34.4.2. Caso a CONTRATADA não apresente o seguro pagamento no prazo de 30 (trinta) dias da assinatura da contratação, o pagamento será realizado em parcela única, após o recebimento definitivo da aeronave e consequente aceitação.

8.34.4.3. O seguro/garantia deverá ser no mesmo valor antecipado, tendo como beneficiário direto o CONTRATANTE, e, a liberação da garantia será vinculada ao adimplemento da entrega da aeronave por aceite do CONTRATANTE, consoante o disposto pela alínea art. 145, §1º da Lei 14.133/2021, tendo como beneficiário direto o CONTRATANTE, tendo o seguro vigência mínima até o recebimento definitivo da aeronave.

8.34.4.4. O pagamento antecipado de parcela deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento e ateste, pelo fiscal administrativo de contrato, da idoneidade do seguro garantia contratado.

8.34.4.5. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.

8.34.4.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e previdenciária, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, atualização monetária ou aplicação de penalidade ao CONTRATANTE.

8.34.4.7. Assim sendo, o cronograma de execução financeira da presente contratação é:

| ETAPA | PRAZO | PERCENTUAL DE PAGAMENTO |
|--|---|---|
| 1ª) Assinatura do Contrato e prestação de garantia. | Até 30 (trinta) dias após a confirmação do registro de seguro garantia contratado pela licitante, para a cobertura do montante global de créditos empenhados. | 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato. |
| 2ª) Aeronave pronta, na sede do fabricante, no que couber deste Termo, após submetida ao Recebimento Provisório, pela Comissão de Recebimento. | Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da lavratura do Termo de Recebimento Provisório da aeronave. | 40% (quarenta por cento) do valor total do contrato. |
| 3ª) Após recebimento definitivo da Aeronave no hangar da CAV/DIREX/PF em Brasília-DF, ou na BAC-AMAZONAS, em Manaus/AM. | Até 30 (trinta) dias corridos, contados da lavratura do Termo de Recebimento Definitivo da aeronave. | 10% (dez por cento) do valor total do contrato. |

Justificativa: após a prospecção de mercado realizada, foi constatado que é praxe mercadológica o pagamento antecipado para compra de aeronaves, haja vista o seu elevado valor de custo, que deve ser suportado, em um primeiro instante pela Contratada, para encomendar a aeronave junto à fabricante. Com o fim de proteger a Administração de eventuais prejuízos relacionados à não execução, total ou parcial, do objeto pretendido, cuja parcela foi paga de forma antecipada, recorreu-se ao instituto da prestação de garantia por parte da Contratada. Para tanto, fundamenta-se a exigência de seguro no Art. 40, inciso XIV, alínea e), da Lei 8.666/93. Segundo entendimento do Tribunal de Contas da União, a antecipação (ou ‘downpayment’) é possível desde que seja ofertada garantia à Administração Pública, nas palavras do Professor Marçal Justen Filho: "O Tribunal de Contas da União, ao elaborar o Manual de Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU, orientou no sentido de ser possível a antecipação de pagamento referente ao cronograma previsto, após a execução de etapas ou parcelas já executadas, quando houver contrapartida na forma de desconto. Nada obstante, o ato convocatório da licitação e o contrato poderão autorizar antecipação de pagamento em duas situações, devidamente justificadas.

A primeira, prevista no art. 40, inciso XIV, alínea d, da Lei nº 8.666/1993, relaciona-se à possibilidade de a Administração eventualmente antecipar o cronograma de pagamento, referente a etapas ou parcelas já executadas, quando houver contrapartida sob forma de desconto previsto no edital. A segunda, que independe de liquidação da despesa, decorre de situações fáticas ou mercadológicas especiais e excepcionabilíssimas. Nesse caso, para que a Administração não corra risco de responder por qualquer prejuízo, o pagamento antecipado deverá estar condicionado à prestação de garantia efetiva, idônea e suficiente para a cobertura do montante antecipado a título de pagamento, na forma previamente estabelecida no ato convocatório da licitação ou nos instrumentos formais de contratação direta, e no contrato. Muitas vezes, a conveniência da antecipação é evidente. Os recursos estão disponíveis e, destinando-se a certo encargo, não podem ter outra aplicação. Se a Administração não puder efetivar pagamento antecipado, os recursos permanecerão sem utilização durante longo período.

Nesse íterim, haverá desvalorização da moeda. A Administração ainda se sujeitará ao pagamento de reajustes contratuais ou a recomposições extraordinárias de preços” (...) Quando se proíbe o pagamento antecipado e se institui a prévia execução do serviço ou entrega do bem, impõe-se restrição à participação no processo licitatório. Essa restrição é ainda mais reprovável por ser indireta e oculta. Aparentemente, inexistiria empecilho à participação de qualquer interessado. Na verdade, o ato convocatório exigiria um “financiamento indireto” por parte do interessado.

Somente poderia participar quem dispusesse de recursos suficientes para antecipar o pagamento das despesas, reavendo os valores após a execução da prestação. Aqui, o mesmo raciocínio se aplica: poucas contratadas estariam envolvidas e incentivadas a participar de licitação se a vedação de antecipação de pagamento se tornar uma regra ou dogma quase absoluto na Administração Pública. "

Cessão de crédito

8.35. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.35.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.35.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.35.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.35.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.36. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.37. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo inicial estabelecido no contado da data limite para a apresentação das propostas.

8.38. Após o interregno do prazo previamente estabelecido no contrato, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

8.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

~~9.2. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. [74 OU 75], inciso [indicar o inciso], da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: [descrever a fundamentação da contratação para enquadramento no dispositivo legal indicado].~~

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será **integral**.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valor unitário: conforme tabela constante no item 1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4]

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10 Empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil:

9.11 Número Fiscal “TAX ID”;

9.11.1 Qualification testimonial, comprovando através de documentos fornecidos por empresas privadas ou órgãos públicos, que a empresa tem expertise para fornecimento de equipamentos iguais ou superiores ao objeto a ser adquirido;

9.11.2 Demonstrações contábeis, “FINANCIAL STATEMENTS” referente ao último exercício financeiro;

9.11.3 O parágrafo único do art.70 da Lei nº 14.133/2021 prevê que as empresas estrangeiras devem apresentar documentos que demonstrem a habilitação jurídica, técnica, econômica e fiscal, equivalentes aos que seriam exigidos de uma empresa brasileira;

9.11.4 Exemplo de equivalência de documento de habilitação Jurídica: Uma empresa estrangeira deve comprovar sua regularidade apresentando a documentação equivalente ao ato constitutivo do país de origem;

9.11.5 Habilitação Fiscal: Em vez do CNPJ, a empresa estrangeira poderá apresentar o número de identificação fiscal (Tax Id) do seu país de origem, conforme informado no item 9.11.1 deste Termo de Referência.

9.11.6 Certidões de Regularidade: A empresa estrangeira deverá apresentar certidões equivalentes à certidão de falência e recuperação judicial do país de origem.

9.11.7 Os documentos apresentados inicialmente podem ser com tradução livre. Porém, se a empresa estrangeira for vencedora, os documentos serão exigidos obrigatoriamente, com tradução juramentada e apostilados, conforme o Decreto nº 8.660 de 29/01/2016, ou consularizados, para fins de assinatura do contrato.

9.12. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.14. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14.1 Será permitida a participação de sociedades cooperativas que possuam no objeto social da cooperativa o item "fornecimento de aeronaves".

Justificativa: a justificativa para a não participação de empresas em consórcio encontra-se em tópico do ETP, anexo a este TR.

~~9.13. Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº[A7]~~

9.16 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.25. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.26. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.27. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.28. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado.**

9.29. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.33. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Atestado de capacidade técnica que comprove o fornecimento de aeronave pertinente e compatível com o objeto licitado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Esta exigência será dispensada no caso de a CONTRATADA já ter fornecido equipamento similar à Polícia Federal;

b) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

c) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos

d) Declaração expressa de que se sujeitam às condições do presente Termo de Referência e confirmando que dispõe de plena capacidade operacional e administrativa para executar a venda;

e) Declaração que existe oficina homologada no Brasil para a manutenção da aeronave e de que irá cumprir o disposto nos estudos técnicos, no termo de referência, no contrato e nos demais documentos da presente contratação.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35 Poderão participar deste Pregão as empresas interessadas, **nacionais ou estrangeiras**, do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicada no Edital.

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37 A empresa estrangeira vencedora deverá apresentar os documentos exigidos obrigatoriamente, com tradução juramentada e apostilados, conforme o Decreto nº 8.660 de 29/01/2016, ou consularizados, para fins de assinatura do contrato.

9.38 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável de R\$ 186.014.742,96 (cento e oitenta e seis milhões, quatorze mil setecentos e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos) ou U\$17.207.017,59 (dezesete milhões, duzentos e sete mil dezessete dólares e cinquenta e nove cents), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.1.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

~~11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

~~I) Gestão/unidade: [...];~~

~~II) Fonte de recursos: [...];~~

~~III) Programa de trabalho: [...];~~

~~IV) Elemento de despesa: [...]; e~~

~~V) Plano interno: [...].~~

~~11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.~~

ou

11.4 A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

Justificativa: Art. 17. do Decreto 11.462/2023. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

justificativa: solicita-se seja mantido o sigilo sobre o estudo da estimativa de custo para não tornar público, até o momento do pregão, que apenas 01 empresa tenha fornecido orçamento, fazendo com que uma possível falta de concorrência onerasse ainda mais o custo da aquisição.

Brasília, 22 de outubro de 2025.

Elaborado por:

LEONARDI CUPOLILLO

Agente de Polícia Federal

SMAN/CAOP/CGAP/DIREX/PF

DIEGO DA SILVA SIQUEIRA

Agente de Polícia Federal

SMAN/CAOP/CGAP/DIREX/PF

APROVAÇÃO: Aprovo o presente Termo de Referência por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública. Constam, plenamente justificadas a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas, bem como estimativa de custos da contratação e da justificativa apresentada no mapa comparativo de preços quanto à dificuldade de conseguir os três orçamentos até a presente data.

GUILHERME LOPES MADDARENA

Delegado de Polícia Federal

Coordenador de Aviação Operacional

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

~~(Contratações de pequeno valor – art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)~~

~~OU~~

~~(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor – art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)~~

~~1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO~~

~~1.1. O adjudicatário terá o prazo de, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante deste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.~~

~~1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.~~

~~1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:~~

~~1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;~~

~~1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital **OU** na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).~~

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

~~2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.~~

OU

~~2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.[A1]~~

~~2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A2]).~~

~~2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

OU

~~2.8. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A3].~~

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

~~3.1. São obrigações do Contratante:~~

~~3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;~~

~~3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;~~

~~3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;~~

~~3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;~~

~~3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;~~

~~3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.~~

~~— 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de **XXXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]~~

~~3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **XXXXXXXX**. [A5]~~

~~3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. [A6] [A7]~~

~~3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.~~

~~4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO [A8]~~

~~4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:~~

~~4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, **e da relação da rede de assistência técnica autorizada** [A9];~~

~~4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;~~

~~4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;~~

~~4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;~~

~~4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados; [A10]~~

~~4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;~~

~~4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:~~

~~— 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;~~

~~— 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;~~

~~— 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;~~

~~— 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e~~

~~—4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas—CNDT;~~

~~4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;~~

~~4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;~~

~~4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;~~

~~4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;~~

~~4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~

~~4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~

~~4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;~~

~~4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;~~

~~4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~

~~4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;~~

~~4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.~~

~~4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.~~

~~4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]~~

~~4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12];~~

~~4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~

~~4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;~~

~~4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~

~~4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.~~

~~5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL~~

~~5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.~~

~~5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:~~

~~5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

~~5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]~~

~~OU~~

~~5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A14].~~

~~5.5. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.~~

~~5.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.~~

~~5.7. Caso a notificação da não continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A15]~~

~~OU~~

~~5.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A16] contraentes.~~

~~5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.~~

~~5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.~~

~~5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.~~

~~5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.~~

~~5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:~~

~~5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;~~

~~5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;~~

~~5.10.3. Indenizações e multas;~~

~~5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório;~~

~~5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;~~

~~6. DOS CASOS OMISSOS~~

~~6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]~~

~~7. ALTERAÇÕES~~

~~7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação;~~

~~7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]~~

~~7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês;~~

~~7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~8. FORO~~

~~8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLOS CAMPOS CAMARGO

Equipe de apoio

OBERALDO BARBOSA DE MEDEIROS

Equipe de apoio

DIEGO DA SILVA SIQUEIRA

Autoridade competente

LEONARDI CUPOLILLO

Equipe de apoio

GUILHERME LOPES MADDARENA

Autoridade competente